
ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS TRANSEXUAIS: NARRATIVAS DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Alfrancio Ferreira Dias¹ & Helma Cardoso de Melo²

¹Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS). diasalfrancio@hotmail.com.

²Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Psicóloga do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero – CNPq. helma.2010@hotmail.com.

RESUMO

O propósito deste texto, influenciado pelos estudos pós-críticos, é refletir sobre o processo formativo de estudantes transexuais na Universidade Federal de Sergipe. A partir da ideia de currículo como um artefato cultural envolvido em relações de poder e na produção dos sujeitos, questiona-se: a presença de estudantes transexuais gera questionamentos e desestabilizações às normas de gênero, desencadeando novas formas de aprendizagens e de negociações no que se refere às discussões de gênero e sexualidades no ensino superior? A inserção de estudantes transexuais no ensino superior tem provocado mudanças curriculares e modos de subjetivação? Metodologicamente, utilizamos uma abordagem qualitativa pós-crítica, através da realização de entrevistas narrativas. Infere-se que a inserção de estudantes transexuais na universidade está contribuindo para o início e o desenvolvimento da desconstrução de práticas educativas marcadas pelo princípio da regulação normativa, visto que a universidade também pode ser um campo de (des)ap aprendizagens das regulações gênero, mediante a inserção, permanência e desestabilizações que pessoas transexuais realizam.

Palavras-chave: Currículo, identidade de gênero, transexualidade.

INTRODUÇÃO

As narrativas que pretendemos apresentar ao final desta pesquisa poderiam aproximar-se de várias outras já divulgadas por pesquisadores/as que buscam refletir quanto ao campo da educação, aos processos de ensino, à construção do saber. Mas, não é. Preferimos ir além, incluir e contar as histórias de transexuais, suas significações, suas representações e sentidos sobre como estudantes universitários/as transexuais percebem-se transexuais; como acontece o processo formativo de uma transexual frente à transfobia; como o corpo de uma pessoa

transexual é visto, vivido, encarado, questionado, perseguido e, às vezes, ferido na tríade escola/universidade/trabalho.

Confessamos que esta não é uma tarefa fácil, pois falamos de um lugar de “conforto” de “narrador/a”, de quem nunca viveu experiências ou cenas transfóbicas, mas que pretende fazer isso com muito respeito e vigor científicos; aspira, ainda, a trazer, a divulgar e a dar voz a esses/as estudantes que, por muito tempo, estiveram no anonimato ou excluídos/as da produção do conhecimento, tanto como agentes produtores/as quanto como objeto de pesquisa. Este é um dos nossos desafios. Tornar visíveis esses sujeitos. Para tanto, no primeiro semestre de 2016, juntamo-nos a outros pesquisadores/as do “Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG)”, vinculado à Universidade Federal de Sergipe, e elaboramos o projeto de pesquisa intitulado: “Escolarização de pessoas transexuais: narrativas de estudantes da Universidade Federal de Sergipe/Brasil”. Meses depois conseguimos o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da Chamada UNIVERSAL MCTI/CNPq Nº 01/2016, que possibilitou o desenvolvimento da investigação.

Por meio desta pesquisa, pretendemos analisar o processo formativo de estudantes transexuais, a partir das políticas de subjetivação corporal e de gênero inscritas na Universidade Federal de Sergipe; identificar e caracterizar os/as transexuais matriculados/as na Universidade Federal de Sergipe; refletir quanto às trajetórias de vida das pessoas transexuais em processo formativo; analisar a existência de preconceito e discriminação sofridos pelas pessoas transexuais no ensino superior em Sergipe, fatos que dificultam a sua permanência nos espaços formativos; verificar as alternativas utilizadas pelos/as transexuais como forma de resistência social e de permanência na Universidade Federal de Sergipe.

Para este texto, trazemos as primeiras análises de duas entrevistas realizadas com duas estudantes transsexuais da graduação e pós-graduação da UFS, na perspectiva de que essas primeiras narrativas contribuam para reflexões acerca da formação docente e para o campo da educação.

OS CORPOS TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE

A entrada e a permanência de estudantes transexuais no ambiente acadêmico das universidades são apontadas na literatura como um processo excludente, permeado por dificuldades causadas pelos padrões heteronormativos, encontrados nos currículos, que sinalizam como anormais as pessoas transexuais, apresentando pouca possibilidade de acolhimento e aceitação para a convivência nos espaços formais. No entanto, apesar desse prognóstico, o objetivo deste artigo é questionar se a presença de estudantes transexuais no ambiente universitário suscita fissuras

e/ou desestabilizações nas normas de gênero desencadeando novas formas de aprendizagens e de negociações no que se refere às discussões de gênero e sexualidades no ensino superior na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Para tanto, utilizamos entrevistas com uma estudante transexual da Graduação e outra estudante transexual do Mestrado e análise qualitativa baseada nos estudos pós-críticos.

Neste artigo, entendemos currículo como “[...] um artefato cultural envolvido em relações de poder e na produção de sujeitos” (Campos & Paraíso, 2015, p. 1), ou seja, um espaço de disputa política em volta das identidades de gênero e sexual, travada no dia a dia; de um lado, o discurso hegemônico remete à norma heterossexual, branca, masculina, cristã; de outro, diversos discursos plurais de identidades não hegemônicas, silenciadas historicamente tentam romper o silêncio a que foram submetidos. Esse silêncio histórico em torno das novas identidades é também uma forma de representá-las, marginalizá-las e deslegitimá-las. O silêncio sempre fortalece o discurso hegemônico (Louro, 2000).

A heteronormatividade é uma ordem sexual fundada a partir do modelo heterossexual que se impõe por meio de violência física e simbólica a pessoas que rompem as normas de gênero (Miskolci, 2015). A identidade de gênero, tradicionalmente reconhecida como homem e mulher, implica também outras possibilidades além da imposta pelo binarismo do gênero, como mulher travesti, mulher ou homem transexual, mulher ou homem intersexual entre outros (Louro, 1997; Bento, 2014a). Diferente da identidade sexual que consiste na manifestação do desejo afetivo e sexual, tendo pessoas que se identificam como heterossexuais (atração por pessoa de gênero oposto), homossexuais (atração por pessoas de mesmo gênero), bissexuais (atração por ambos os gêneros) e assexuais (não sentem atração por nenhum gênero), sendo que a heterossexualidade é a identidade hegemônica e imposta como correta pelas regulações de gênero.

Não é pretensão deste artigo aprofundar o debate das diferenças conceituais entre travestis e transexuais, pois se acredita que tais conceitos apresentam fragilidades em suas definições quando focalizam a diferença no desejo ou não da retirada da genitália. A transexualidade é uma experiência identitária, um conflito com as normatizações de feminino e masculino, e não podem ser reduzidas a uma questão meramente sexual, como é compreendida pela Medicina e pela sociedade, ao defini-la como inerente a pessoas que demandam cirurgia de mudança de sexo e identidade civil (Bento, 2014a).

As estudantes transexuais, que serão foco deste artigo, nasceram com sexo biológico masculino, mas, no decorrer de suas vidas, constituíram uma identidade feminina, formando uma expressão identitária que rompe os limites estabelecidos para o gênero. Suas trajetórias foram marcadas por resistências aos comentários maliciosos, aos olhares atravessados, ao assédio moral, psicológico e físico

vivenciado no cotidiano, “[...] uma vez que sabemos que aquelas pessoas que não vivem seus gêneros de maneiras inteligíveis estão em risco acentuado de assédio, patologização e violência” (Butler, 2016, p. 34). As pessoas se constituem de formas diversas, no entanto, a sociedade impõe normas de gênero para torná-las cidadão/ã “normal”, ou seja, que sigam a lógica binária dos sexos (homem-mulher) e a heterossexualidade compulsória.

No processo de normatização do gênero, várias são as instituições responsáveis pela manutenção de culturas hegemônicas na sociedade, com destaque para a escola, local em que as normas, algumas vezes implícitas, de se constituírem homens e mulheres são naturalizadas nas práticas educacionais, segundo as quais tudo que se afasta do modelo é considerado anormal e é reprimido; dessa forma, as práticas “anormais”, como a transexualidade, vão sendo colocadas à margem na escola.

Partindo desse princípio, podemos perceber o quanto as transexuais estão à margem da sociedade, excluídas por diversos mecanismos sexistas e práticas discursivas que ligam, de maneira arbitrária, sexo e gênero, com uma crença na divisão binária dos gêneros que inviabilizam a existência de corpos trans, por fugirem à regulação dominante, mostrar suas incoerências e pôr em dúvida a matriz de inteligibilidade heteronormativa. Assim, é comum se dizer que pessoas transexuais nasceram homens e tornaram-se mulheres, ou nasceram mulheres e tornaram-se homens, mas Jesus (2015) alerta para esse raciocínio falacioso, pois todos os seres humanos nascem com um sexo biológico e tornam-se alguém de um gênero que podem ou não corresponder às expectativas sobre o sexo. Para a autora, um grande desafio que se apresenta é mostrar que gênero não se reduz a sexo e nem se deduz a partir dele. Muitos enunciados se aglomeram (homem tem pênis, mulher tem vagina) para naturalizar a lógica binária e transformá-la em pré-determinada, imutável, normal.

Revelar a arbitrariedade dessa prática discursiva seria como tirar o chão debaixo dos pés de alguém, tão enraizadas estas “verdades” estão em nós. A ideia de que pessoas trans são anormais não é proveniente da natureza de sua identidade, seja qual for, mas sim da ideia de que o gênero é um dado natural e biológico (Jesus, 2015). Em decorrência, as transexuais experimentam a exclusão, pois não participam igualmente dos processos de decisões políticas e, menos ainda, acessam a bens e serviços como a educação.

Tendo como base estudos anteriores, como os de Franco (2014) e Bohr (2009), podemos perceber como o ambiente escolar, assim como outros setores da sociedade, refletem o discurso heteronormativo, negando identidades que borram as normas de gênero, como as transexuais. Assim, colegas, professores, funcionários reproduzem o discurso que marginaliza os corpos trans, podendo gerar dificuldades de aprendizagens e exclusão. As primeiras dificuldades surgem

por coisas aparentemente simples como a liberdade do uso de roupas, acessórios, estilos de cabelo e unhas e chegam até outras situações, como o uso do banheiro feminino e nome social.

A diferença quase sempre é percebida como uma transgressão e o caráter subversivo do corpo trans entra em choque com o comportamento esperado para cada gênero, podendo levar a respostas até mesmo violentas (física, psicológica, social, sexual). Cabe lembrar que, paradoxalmente, as transexuais compartilham do mesmo sistema simbólico de gênero que os demais e, portanto, acabam por reiterar a ordem vigente da heteronormatividade, mesmo que a simples presença de seus corpos seja um desafio à norma binária de gênero (Miskolci & Pelúcio, 2007).

Subvertem a própria ideia que comungam de ser o sexo biológico o definidor do gênero. Por outro lado, reforçam o binarismo a partir de um conjunto de preceitos morais que determinam e demarcam o que é ser homem e mulher, respectivamente: ser ativo/passivo; ter força/suavidade; guiar-se pela cabeça/coração. A partir dessa visão, esperam que os “homens de verdade” sejam másculos, ativos, empreendedores, penetradores. Elas não são “homens de verdade”, são “bichas”, “viados”, “monas”. Tampouco são mulheres, nem o desejam ser. São “outra coisa”, uma “coisa” difícil de explicar, porque, tendo nascido “homens”, desejam se parecer com mulheres, sem de fato ser uma, isto é, ter um útero e reproduzir. (Miskolci & Pelúcio, 2007, p. 261).

Outro aspecto que reforça a dificuldade de entrada e permanência na educação formal é a falta de representatividade das diversidades sexuais no currículo, principalmente de transexuais que vivem na invisibilidade e não fazem parte da categoria que pode desfrutar dos privilégios da educação, são desautorizadas a fazer parte da comunidade, humilhadas e expostas à violência (Bohm, 2009). Em sua pesquisa, Bohn (2009) constatou que todas as transexuais que passaram por escolarização formal afirmaram ter sofrido discriminação por parte de colegas e professores, sendo que apenas 5% concluíram o ensino superior.

Diante de tal estatística, mesmo sendo regional, percebemos que o acesso ao ensino superior é negado aos corpos trans, na medida em que estes encontram muitas dificuldades e barreiras para permanecer na educação básica e que poucos conseguem chegar às graduações e, muito menos, às pós-graduações. Por esse motivo, é também um dos objetivos deste artigo pensar nos mecanismos utilizados pelas estudantes para concluir a educação básica e chegar à universidade.

O dado retro é muito relevante porque remete à seguinte questão: onde está a maioria das transexuais que não conseguiram completar os estudos regulares? Uma das respostas possíveis é que, por conta do ambiente hostil, quando começam

a reconstrução de seu gênero, muitas são obrigadas a se prostituir, pois são marginalizadas. A esse respeito a Estudante 1 comenta que antes de ingressar no curso atual de graduação precisou se prostituir para se manter. Já a Estudante 2 comenta que não precisou se prostituir, mas que no imaginário de muitas pessoas as transexuais se prostituem porque gostam:

[...] é que bom que você não foi pra prostituição, que bom que você não se prostituiu, outras pessoas poderiam seguir esse mesmo exemplo e aí as pessoas não entendem que muitas das vezes o espaço da prostituição é um meio que não se corre que eu que não precisei seja jogada pra esse espaço, mas que outras vão, mas não por que elas querem, mas que muitas vezes é um meio de sobrevivência [...] (Estudante 2).

É importante lembrar que, assim como os demais grupos marginalizados, as pessoas transexuais experimentam muitas situações de opressão, assédio e violência, enfrentam inúmeras dificuldades para conseguir emprego, habitação, educação e serviços de saúde. Além disso, sofrem abuso físico, em muitas situações provenientes de pessoas próximas, como colegas, pais e professores. A pessoa transexual, quando inicia as mudanças corporais na fase adulta, reduz, sobremaneira, a capacidade de trabalho e geração de renda, diminuindo a autoconfiança e a determinação para o enfrentamento dos embates e desafios da vida (Sampaio & Coelho, 2015).

A prostituição passa ser um dos únicos destinos possíveis, pois em grande parte da literatura está presente um histórico de rejeição, tanto da família como da escola e da sociedade, por isso, para algumas trans, resta como única saída a prostituição. Mas é também na prostituição que esses copros rejeitados encontram um espaço de reconhecimento de suas identidades de gênero, no qual podem expressar-se livremente. Na maioria dos estudos citados nesta pesquisa, podemos perceber a grande frequência com que pessoas trans relatam as dificuldades para estudar e exercerem uma profissão sem ter que recorrer à prostituição. Em geral a prostituição é retratada como um fator de desqualificação do sujeito e justificativa para a negação de direitos.

Para ambas as estudantes o processo de escolarização formal da educação básica foi um processo doloroso, período que ainda não tinham assumido a identidade trans, mas que já apresentavam características performativas destoantes da norma heterossexual.

[...] eram muitas as agressões verbais, as perseguições eram muito fortes né, porque não tem, até como até hoje não tem essa conscientização, mas sobre a questão de respeito às diferenças, por eu já não claro que não assumia minha identidade de gênero porque era na adolescência, fica difícil, mas a gente já não se encaixava nos

padrões dos gêneros, por não se encaixar havia perseguições muito fortes; era tanto que tinha casos de que tinha dias que eu vol... é tinha uma bicicleta que praticamente eles faziam questão de furar todos os dias os pneus da bicicleta, tinha de voltar chorando, arrastando e tal [...] (Estudante 1).

Eu apanhava dos colegas, ficavam dizendo que eu era ‘bichinha’, que eu era menininha; chegaram a colocar minha cabeça no vaso sanitário. Eu lembro que no ensino médio um rapaz sempre baixava as calças para mostrar os órgãos sexuais. (Estudante 2).

O relato das estudantes traduz um ambiente hostil aos corpos que não seguem a lógica sexo-gênero-sexualidade, que supõe que o sexo determina o gênero, e, dessa forma, todo um trabalho insistente é posto em prática para inscrever feminilidade ou masculinidade nos corpos. Essas construções socioculturais-linguísticas-históricas passam a ser vistas como naturais. Porém, mesmo que as normas regulatórias de gênero tentem delimitar, mesmo que não consigam obedecer-lhes ou não queiram, esse/a sujeito/a, necessariamente, não tem obrigação de obedecê-las. Para Louro (2015), a visibilidade dessas pessoas serve para mostrar o caráter inventado das normas e a instabilidade das identidades, e ainda sugerem as possibilidades de multiplicação das formas de gênero e sexualidade.

Butler (2014) acrescenta que as permutações de gênero que não se encaixam no binarismo (masculino e feminino) pertencem também ao gênero tanto quanto os modelos normativos. Então, a própria norma atribui inteligibilidade ao campo social e o normatiza, porém cria um paradoxo, pois quando algo está fora da norma, ainda assim, continua sendo significado dentro de seus parâmetros. É importante notar que essa norma produz sujeitos que a reproduzem naturalmente em seu dia a dia. A autora ainda completa que: “Desviar-se da norma de gênero é produzir o aberrante exemplo que os poderes regulatórios (médico, psiquiátrico, e legal, apenas para nomear alguns) podem rapidamente explorar para alavancar a racionalidade de seu próprio zelo regulador continuado” (Butler, 2014, p. 267).

A heteronormatividade está presente no comportamento das pessoas e o/a diferente pode ser apenas tolerado/a, desde que cumpra os rituais obrigatórios aceitos pela cultura dominante. É nesta tentativa que a Estudante 1 relata que, para concluir a educação básica, teve que se adaptar às regras de comportamento que eram esperadas ao sexo masculino, que lhe foi atribuído ao nascimento “[...] pra isso a gente vai se adequando né, alguns comportamento pra tentar se permanecer ali [...]”. Já a Estudante 2 conta que sempre tentou enfrentar seus agressores, denunciava-os à coordenação da escola; no entanto, com o tempo passou a perceber que nunca eram castigados, e sentia como se a escola ratificasse o comportamento violento de seus colegas.

Essa naturalização da violência que ambas enfrentaram na educação básica é um dado comum ante os corpos que desobedecem às regras de gênero, perpetrada pelas mais diversas instituições, inclusive a escola que tenta normalizar todos os corpos. Seus/suas colegas, professores/as e outros/as se constituem em veículo do poder normativo do gênero, “[...] que divulga saberes e regula a produção dos corpos” (Reis & Paraíso, 2014, p. 245). Esse padrão de comportamento, em geral, ensina que é ruim fugir do modelo aceito, ser diferente, pois será tratado/a com desprezo e desrespeitado/a constantemente.

As práticas na educação formal ainda não acompanharam a lógica de tolerância à diversidade proposta pela legislação brasileira, menos ainda as propostas teóricas produzidas na academia que propõem o reconhecimento e transformação nas relações de poder frente ao diferente. Não se aprende a reconhecer o outro em si mesmo, apenas silencia-se a diferença e a trata como se fosse algo que não existisse na vivência (Miskolci, 2015).

EXPERIÊNCIA TRANS NA UNIVERSIDADE

Para a Estudante 1, a universidade já parecia um sonho distante, um espaço que não poderia ocupar: “[...] as pessoas trans acabam reproduzindo é: não pode ocupar certos espaços, você não pode isso *né*, porque vão colocando você em caixinhas”. Já a Estudante 2 imaginava que a universidade seria um espaço diferente da escola no Ensino Médio e Fundamental, ingressou em dois cursos superiores, um semipresencial de Licenciatura em Letras e um presencial de Serviço Social, e, no momento, está cursando o Mestrado na UFS. Ambas esbarraram na primeira barreira: o nome social.

É, o primeiro dia de aula foi que *né* eu tinha três aulas nesse dia, aí sempre no início das aulas eu falava com os professores dizendo *né* que eu queria ser chamado nisso no meio quando o professor chamava não respondia eu ia lá e dizia eu não respondi porque meu nome assim, assim é X²⁵ eu apontava para meu nome de registro porque pra gente falar o nome já é uma questão de violência *né*, pra gente e tal as duas primeiras professoras ok, colocaram observação [...], o terceiro professor, quando ele fez a chamada, tanto que ele passou uma atividade, que eu fui conversar com ele bem baixinho e explicar porque eu não tinha respondido aí ele gritou bem alto se seu nome é esse, aí repetiu o nome é...X, como é que eu vou chamar X? Tenho nada a ver, vai lá resolver no DAA porque não é comigo não que não sei o quê, aí isso bem alto repetiu, aí eu disse mas pra quê isso e não

²⁵ Utilizamos o X, para manter em sigilo o nome social da participante.

sei o quê, eu vim aqui falar baixo aí repetiu outra vez o nome e pra mim foi muito constrangedor (Estudante 1).

A Estudante 2 procurou a direção da faculdade particular do curso de Serviço Social e informou à direção que gostaria de ser chamada pelo nome social, mas seu pedido foi negado, pois, segundo ele, isso seria impossível visto que em seus documentos oficiais constavam o nome de registro. O nome social, apesar de se configurar numa conquista para as pessoas trans, é também uma forma de cidadania precária, através da qual o Estado, dominado pelo discurso da elite²⁶, tenta impedir a ampliação dos direitos às populações excluídas. No Brasil não existe nenhuma lei que resolva definitivamente a existência precária das pessoas trans. A legislação vigente só garante o direito à identidade de gênero, mediante um laudo médico atestando um transtorno. O direito ao nome social está restrito a instituições de educação e, mais recentemente, a outros ambientes da administração pública e deve ser acompanhado do nome de registro; porém, mesmo esse direito, que ainda não é o ideal, mas representa uma conquista para as pessoas trans, foi negado às duas estudantes.

Quanto ao nome social na UFS, a Estudante 2 ainda comenta que acredita que apesar de existir uma portaria regulamentando o direito do nome social, ele ainda não é uma rotina, visto que conhece outras estudantes que estão esperando há meses por esse direito e mais, que os servidores da UFS não estão preparados para lidar com pessoas trans. Todas as dificuldades apresentadas pela Instituição, no sentido de assegurar um ato tão simples que é ser chamada pelo nome que corresponde à sua identidade de gênero, revestem-se do objetivo de silenciar e excluir, silenciosamente, os corpos trans.

Várias são as situações em que as estudantes passam por constrangimento em suas experiências na UFS. A Estudante 2 relata que sentiu sobre si “[...] olhares de crítica e de espanto das pessoas de ter uma pessoa trans naquele lugar os mesmos olhares que eu tive no serviço social eu também tive nos primeiros dias também das aulas do mestrado”. Conta ainda que chegou a ter alguns embates com professores em sala de aula,

Especificamente, com um dos professores se percebeu um tom de preconceito e de invisibilidade, tanto de um professor quanto de uma professora, *né*, nesse caso em específico com os docentes, mas percebeu-se que a este docente ainda percebe se vê a gente como um corpo estranho naquele espaço, trata a gente como se fosse uma pessoa que precisasse de tratamento diferenciado muitas das vezes, como se fosse aquela criança problemática da educação infantil ou

²⁶ Utilizamos o conceito, não no sentido de uma categoria homogênea e coesa, pois um sujeito pode pertencer a uma elite e racial, mas ser excluído quanto ao gênero (Bento, 2014b).

aquele menino peralta do ensino médio que tem que precisar de uma atenção maior não sei o porquê, muita das vezes se percebia esse desvio de atenção, mas os olhares principalmente de espanto e principalmente os olhares de que aquele espaço não era meu (Estudante 2).

As duas estudantes trazem que a experiência foi também dificultada por professores/as que as viam como corpos estranhos, ocupando lugares indevidamente, pois são corpos que fogem à expectativa de “normalidade”. Assim, a universidade, através de seus sujeitos, mostra dificuldade em reconhecê-las como cidadãs, ou até mesmo como humanas, reforçando padrões da heteronormatividade, na tentativa de impedir a visibilidade de novas identidades, ou ainda, de mostrá-las como aberrações que devem ser negadas neste espaço. Esses episódios trazem exemplos de processos de regulação e humilhação diante das identidades trans, que são consideradas destoantes do ambiente educacional, por se apresentarem na fronteira do gênero, que, via de regra, mantém sob vigilância o que é do masculino e do feminino. A Instituição utiliza as normas regulatórias de biopoder para governar os corpos em seu espaço. O biopoder, segundo Foucault (2015), é exercido na carne, no corpo utilizando mecanismos disciplinares, na regulação dos trejeitos, na vestimenta, na proibição do nome social.

SUBVERSÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO

No entanto, não podemos perder de vista que para toda relação de poder surge a força contrária, que é a resistência, a subversão, a insubordinação à ordem vigente, e que, a despeito de todos os empecilhos e humilhações pelas quais passaram as estudantes, elas não se renderam, não desistiram, ao contrário se empoderaram para garantir suas permanências na UFS. A esse respeito a Estudante 1 comenta que foi depois do episódio do nome social com o professor que buscou lutar pelos seus direitos,

[...] mas também foi o motivo do qual eu, a partir desse fato, acabei entrando com um processo administrativo, esse processo gerou a portaria aqui na Universidade Federal de Sergipe e despertou minha necessidade de lutar pra que essas coisas não aconteçam *né*, se numa Universidade acontece isso *né* que a gente tem a noção de que é um ambiente mais aberto, de pessoas mais esclarecidas e tal, imagina no ensino fundamental e ensino médio *né* e foi a partir daí que eu me conscientizei dessa luta, da importância da luta e fazer trabalho de conscientização, tanto para os professores, para os alunos sobre a questão de respeito ao nome social, as identidades porque não é só o

nome é identidade *né*, tratamento no feminino da forma que a gente se apresenta socialmente (Estudante 1).

Nesse espaço de reiteração da norma de gênero, materializada na atitude do professor, com a negativa de utilizar o nome social, também há lugar para o enfrentamento do controle dos corpos, mostrando que a UFS é um campo de disputa no qual podemos encontrar o comportamento consciente de subverter as normas. É necessário mostrar que a essas ações normatizadoras cabem questionamentos e enfrentamentos. Ressaltamos, ainda, que a simples presença dos corpos trans dessas estudantes já se constituem num enfrentamentos das normas, corpos que borram as demarcações de gênero, que transgridem as normas impostas pela heteronormatividade. A esse respeito a Estudante 2 fala que sua presença no Mestrado:

[...] é importante pra minha formação como professora, mas por toda minha historia de preconceito e discriminação até num espaço de trabalho, preconceito institucional que sofri como professora a isso sim me representa a minha presença como muito mais ato político é um ato político não só, não só como movimento social, mas também como um ato politico de demonstração pra a sociedade de que aquele corpo ele pode transgredir além do que a sociedade coloca, aquele corpo ele pode ir além da pista, aquele corpo pode ir além do motel, que aquele corpo pode ir além de dentro do carro que nós podemos ser muito mais do que pessoas que batem portas²⁷ (Estudante 2).

As transexuais detêm corpos e discursos que questionam as normas de gênero, enfrentando o controle dos corpos exercido pela Instituição. O enfrentamento e a busca da visibilidade são estratégias para lidar com a imposição das normas regulatórias de biopoder e de governo dos corpos, utilizada pela UFS e tantas outras instituições de educação. O fato de existir estudantes transexuais na graduação se configura num ato de resistência, já que o sistema educacional vem tentando expulsá-las desde cedo da escola. No Mestrado, mais presente, visto que é um nível de estudo alcançado por poucas pessoas, ainda mais quando passam por avaliações subjetivas para alcançá-lo. As estudantes utilizam, de forma consciente, seus corpos transgressores para mostrar que também podem ocupar esses espaços e que têm o direito de estar na UFS tanto quanto qualquer outro/a estudante.

A visibilidade também opera transformações no encontro com o outro, por ser uma forma de desconstruir os estereótipos formados em torno dos corpos trans. Nesse sentido trazemos o relato abaixo:

²⁷ A estudante esclarece que a expressam “batem portas” é a utilizada pra fazer referência à prostituição, quando saem com clientes e batem a porta do carro.

É até uma dessas pessoas que eu percebi ele disse que depois conversando que a gente depois em vários períodos ele disse que se assustou quando me viu na primeira vez, porque a visão que ele tinha de um travesti, porque ele é de uma igreja evangélica que soube dos outros que a gente é uma aberração, é um monstro e que nem olhasse pra gente ele me contou, ele disse que tinha problema porque a educação que ele teve é de quando visse um travesti que não olhasse e que poderia até *né*, que é um demônio e tal, enfim, (emocionada quase chorando) é muito forte e até me pediu desculpa porque, mas eu entendo, porque a gente tá em uma cultura é... tão machista, tão *né* transfóbica, LGBT fóbica *né* que que as pessoas reproduzem. (Estudante 1).

Assim, podemos compreender a necessidade, não de tolerar o outro, mas de aprender, conhecer e valorizar o encontro com o diferente e nos transformar, como aconteceu com o colega de turma da Estudante 1, que, num primeiro momento, utilizou como ferramenta o discurso religioso, para justificar o reconhecimento do diferente como aberração, alguém a quem dever ser evitado até mesmo pelo olhar. O discurso religioso, fabricado socialmente, passou a ter status de verdade e ajudou na construção da subjetividade desse estudante que abominava os corpos trans. No entanto, Silva (2008) comenta que a presença do diferente é inevitável num mundo heterogêneo, o “[...] outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (Silva, 2008, p. 97). E mais, que o encontro com o outro deve ser visto como momento de produção social, e, nesse caso, o estudante pôde verificar que as normas de gênero que conhecia não são naturais e universais como acreditava.

São justamente as ações de subversão, apresentadas pelas estudantes transexuais, que contribuem para o enfraquecimento e desconstrução das normas de gênero. Nesses momentos, a UFS passa a ser território de disputa, no qual os corpos transexuais também querem assegurar seus lugares, mostrando o caráter inventado das normas de gênero, perturbando os sentidos e significados que possuíam sobre o que é ser mulher e o que é ser homem.

Por isso, a necessidade de trazermos neste artigo esses comportamentos não assujeitados, a fim de contribuir para as desaprendizagens de gênero e buscar por novas significações e possibilidades de gênero, além do masculino e feminino, para propor e conhecer novas formas de viver o gênero e a sexualidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao refletir sobre o processo de inserção de estudantes transsexuais universidade, podemos perceber como o corpo “trans” passa a ser um corpo “estranho” na universidade, que propõe aos/às agentes escolares mobilidade, fluidez e fragmentação nas representações e imaginários de masculinidades e feminilidades hegemônicas.

Refletir acerca das narrativas de estudantes transexuais está possibilitando, também, entender que as questões de gênero e sexualidades nos currículos e nas práticas formativas têm sido um desafio para os/as profissionais da educação, na medida em que essas temáticas propõem o debate, as desconstruções e as desestabilizações de imagens masculinas e femininas, pautadas principalmente pela heteronormatividade.

Os corpos transsexuais na universidade contribuem para o início e desenvolvimento da desconstrução de práticas educativas marcadas pelo princípio da regulação normativa de gênero, e fazem entender que a universidade também pode ser um campo de (des)aprendizagens dessas regulações, a partir de inserção, permanência e fricções que pessoas transexuais realizam. Com isso, compreendemos a importância do tema para ampliar e fomentar as discussões a respeito do mesmo, bem como produzir acervo para futuras pesquisas, uma vez que a bibliografia que versa sobre a temática ainda é muito escassa.

REFERÊNCIAS

- Bento, B. (2014a). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (2nd ed.). Natal: EDUFERN.
- Bento, B. (2014b, jan.–jun.). Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*. 4(1): 165-182.
- Bohm, A. M. (2009). *Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis*. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRS.
- Butler, J. (2016). Corpos que ainda importam. In: L. Colling (Ed.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA.
- Campos, C. A.; Paraíso, M. A. (2015). Raciocínios que generificam, diferenciam e hierarquizam no currículo da alfabetização de crianças. In: *Anais do 6º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e 3º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação*. Canoas (RS), 01 a 15 de junho de 2015. ULBRA.
- Foucault, M. (2015). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Franco, Neil. (2014). *Professoras trans brasileiras: resignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG): UFU.
- Jesus, J. G. (2015). Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: J. G. de Jesus. (Ed.). *Transfeminismo: teorias e práticas* (2nd. ed.). Rio de Janeiro: Metanoia.

- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. In: Guacira Lopes Louro (Ed.) *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. (2nd. ed.). Belo Horizonte: Autêntica, p. 07-35,
- Louro, G. L. (2010). Currículo, gênero e sexualidade. In: G. L. Louro; J. Felipe; S. V. Goellner (Eds.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. (5th. ed.). Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.
- Miskolci, R. & Pelúcio, L. (2007). Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Niterói*, v. 7, p. 257-267.
- Miskolci, R. (2015). *Um aprendizado pelas diferenças*. (2nd. ed.). Belo Horizonte: Autêntica: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto.
- Reis, C. D'Á. R.; Paraíso, M. A. (2014, jan.-abr.). Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(1): 416: 237-256.
- Sampaio, L.L.P. & Coelho, M. T. A. D. (2013). A transexualidade na atualidade: discurso científico, político e histórias de vida. *Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*. Salvador: UNEB.
- Silva, T.T. da. (2008). A produção social da identidade e a diferença. In: T.T. da Silva, (Ed.); S. Hall; K. Woodward, *Identidade e diferença*. (8th. ed.). Petrópolis (RJ): Vozes.